

Congresso fixa prioridades e apressa votação

29 ABR 1992

A Câmara já definiu a pauta de votações para o primeiro semestre. Entre outros projetos, serão votados os que tratam de crime de enriquecimento ilícito no exercício de cargo público, nova Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União (TCU), modernização dos portos, regulamentação dos partidos políticos, licitações, concessão de serviços públicos e reforma agrária.

A decisão foi tomada ontem, durante almoço entre o presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) e os líderes das sete maiores bancadas partidárias. No final da tarde, todas as lideranças e os presidentes das comissões da Casa organizaram a pauta de votação. Outros projetos considerados importantes não tiveram acordo. Entre eles, os que tratam de propriedade industrial (marcas e patentes), sistema financeiro nacional, nova lei de diretrizes e bases da educação e tributação de grandes fortunas.

Ibsen explicou que a idéia de convocar a reunião surgiu a partir da necessidade de racionalizar o funcionamento das comissões que, pela quantidade de reuniões simultâneas, estão entravando o exame e a deliberação dos projetos em tramitação. Além das 13 comissões permanentes, existem, hoje, oito especiais (para dar parecer sobre propostas de emenda constitucional), sete especiais mistas (deputados e senadores) e 12 comissões parlamentares de inquérito, também mistas. Somadas as comissões mistas para dar parecer sobre vetos presidenciais, Ibsen calcula que são mais de 60.

Para resolver esse problema, os líderes apresentaram algumas sugestões: as CPIs fariam reuniões às segundas e sextas-feiras, dias considerados mortos na Casa; e as comissões teriam prazos para apresentação de pareceres. Estas sugestões devem ser analisadas ainda entre os membros das comissões em uma reunião a ser marcada na Câmara nos próximos dias.